

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2013
(Do Sr. Sarney Filho)

Solicita informações ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), sobre os impactos da pecuária intensiva, da produção de carvão vegetal e das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no Pantanal.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, sejam solicitadas informações à Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado de Meio Ambiente, no sentido de esclarecer o Congresso Nacional quanto:

- aos resultados do Programa de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite (PMDBBS), lançado em 2008, em relação à extensão do desmatamento acumulado no Bioma Pantanal;
- ao número de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) implantadas e em implantação, licenciadas e em processo de licenciamento, no Bioma;
- ao grau de autossuficiência da indústria siderúrgica em estoques florestais sustentáveis destinados à produção de carvão vegetal; e
- aos impactos das PCHs, da pecuária intensiva e da produção de carvão vegetal no desmatamento do bioma e as medidas adotadas para mitigá-los.

JUSTIFICAÇÃO

O Pantanal Mato-Grossense – definido como patrimônio nacional pelo art. 225, § 4º, da Constituição Federal – abrange 151.313 km² e inclui a planície banhada pelo alto curso do rio Paraguai. Suas águas provêm das nascentes presentes na região de planalto que divide as águas do Pantanal, da bacia Amazônica e da bacia do Tocantins. O clima determina o regime hídrico da bacia alagada, marcada por período de “enchente”, de setembro a dezembro; de “cheia”, de janeiro a março; de “vazante”, de abril a maio; e de “seca”, de junho a setembro. No período de enchente, os rios e as lagoas são interligados por meandros e canais, de maneira a conformar uma grande área de inundação.

Esse frágil regime encontra-se ameaçado pelo processo de ocupação da região, em especial por ampliação das pastagens intensivas, produção de carvão vegetal para abastecer indústrias siderúrgicas e construção de mais de 87 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) na bacia do Alto Paraguai. Essas atividades implicam a remoção da cobertura vegetal e a alteração do regime das águas.

Conforme o Programa de Monitoramento do Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite, entre 2002 e 2008, foram desmatados cerca de 5.000km². De acordo com o Ibama, em 2008, cerca de 17% da cobertura vegetal original havia sido removida.

Porém, mapeamento realizado por cinco entidades ambientalistas – WWF-Brasil, SOS Mata Atlântica, Conservação Internacional, Avina e Ecoa – mostrou que, em 2009, embora a planície estivesse bem preservada, com 85% de sua vegetação intacta, a região das terras altas já tinha 58% da vegetação comprometida.

Consideramos essencial que o Congresso Nacional tenha acesso aos dados atualizados e acompanhe o processo de ocupação em curso no Pantanal, tendo em vista as implicações do desmatamento para as mudanças climáticas e para a perda de biodiversidade.

De acordo com a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o compromisso voluntário do Brasil, de redução de emissões de gases de efeito estufa, tem seu foco na diminuição do desmatamento nos

Biomass Amazônia e Cerrado. No entanto, devemos estar atentos também ao que ocorre nos demais biomas, tanto por sua importância socioambiental intrínseca, como pelo fato de que um processo de ocupação desordenada em outras regiões poderá anular as medidas de mitigação de impactos implantadas nos biomas objeto da PNMC.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado Sarney Filho